

A valoração da morte travesti: análise de uma notícia segundo a análise dialógica do discurso

The valuation of transvestite death: analysis of a news according to the dialogical analysis of discourse

Eduardo Soares da Cunha ¹
Karina Giacomelli ²

RESUMO

Dados divulgados pela Associação Nacional de travestis e transexuais (ANTRA), indicam que o Brasil é um dos países em que ocorrem mais mortes de travestis e transexuais no mundo. Ao mesmo tempo, não se tem visto, de forma efetiva, ações governamentais que priorizem a defesa da vida desses sujeitos, visando inibir e punir os crimes praticados contra aqueles que não apresentam uma identidade de gênero hegemônica. Circulam praticamente todos os dias, em jornais e portais jornalísticos na internet, notícias sobre o assassinato de pessoas com essa identidade de gênero. Nessa perspectiva, este trabalho realiza a análise de uma notícia cujo foco é o assassinato de uma travesti, divulgada por um portal de notícia brasileiro, buscando verificar como a notícia é valorada. Tomamos a notícia em questão como representativa da maneira como questões de violência contra minorias, especialmente quando se trata de crimes que poderiam ser considerados homofobia, são apresentados na mídia tradicional. Para tal, nos apoiaremos nos estudos de gênero e sexualidades, especialmente aqueles que se dedicam a refletir sobre os processos de abjeção e violência, e nas contribuições teóricas e metodológicas da Análise Dialógica do Discurso (ADD), com ênfase no conceito de valoração. Nossa metodologia, também vinculada com a ADD, é a apresentada em Sobral (2009) e Sobral e Giacomelli (2016), que compreende três etapas: análise, descrição e interpretação. A análise demonstrou contradições na forma como a notícia valoriza a morte travesti violenta quando comparada com a de outros sujeitos.

Palavras-chave: Travesti. Análise Dialógica do Discurso. Valoração.

ABSTRACT

Data released by the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA) indicate that Brazil is one of the countries where the most deaths of transvestites and transsexuals occur. At the same time, there has been no effective governmental actions that prioritize the defense of the lives of these subjects, aiming to inhibit and punish crimes committed against those who do not present a hegemonic gender identity. News about the murder of people with this gender identity circulate practically every day in newspapers and journalistic portals on the Internet. In this perspective, this work analyzes a news article whose focus is the murder of a transvestite, disseminated by a Brazilian news portal, seeking to verify how the narrated fact is evaluated. We take the news in question as representative of the way issues of violence against minorities, especially when it comes to crimes that could be considered homophobic, are presented in the traditional media. To this end, we will rely on gender and sexuality studies, especially those dedicated to reflecting on the processes of abjection and violence, and on the theoretical and methodological contributions of dialogical discourse analysis (ADD), with an emphasis on the concept of evaluation. Our methodology, also linked to ADD, is presented in Sobral (2009) and Sobral and Giacomelli (2016), and comprises three stages: analysis, description and interpretation. The analysis showed contradictions in the way the examined news article evaluates violent transvestite death when compared to that of other subjects.

Keywords: Transvestites. Dialogical Discourse Analysis. Evaluation.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas/RS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9325-3116>. E-mail: eduardosoaresrg1@gmail.com.

² Docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Letras pela Universidade Federal da Santa Maria (UFSM). Pelotas/RS, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2883-8641>. E-mail: karina.giacomelli@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Bruna, 23 anos, travesti, nordestina, assassinada. A sequência que inicia este trabalho não representa um caso isolado. Bruna é uma das inúmeras vítimas da LGBTfobia no Brasil. De acordo com os dados divulgados pelo dossiê anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no ano de 2020 foram registrados 175 assassinatos de travestis e transexuais, colocando o Brasil, mais uma vez, na primeira posição entre os países em que mais se mata essa população.

É importante destacarmos não têm sido perceptíveis ações por parte do Estado que demonstrem o monitoramento desses crimes. Por isso, iniciativas como o dossiê apontado acima e o trabalho realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que anualmente publica um relatório sobre os crimes fatais praticados contra a vida de LGBTs, se tornam instrumentos valiosos no que diz respeito ao acompanhamento dos casos, denúncia e mobilização social. A falta de políticas públicas e de iniciativas estatais que busquem inibir práticas discriminatórias e letais demonstra o valor que é atribuído à morte e, conseqüentemente, à vida desses sujeitos. Somado a tais fatores, temos a disseminação de discursos e ações que oprimem, agridem e incitam ao assassinato daqueles que ocupam as denominadas minorias sexuais e de gênero. Tais discursos costumam ser proferidos, inclusive, por representantes políticos, a exemplo do atual Presidente da República. Devido ao lugar que ocupam, seus enunciados podem legitimar outras formas de violência e levar à morte ou ao menos incitar a crimes de morte.

Considerando o exposto, neste trabalho buscamos realizar a análise de uma notícia publicada pelo G1 no site de redes sociais Facebook, a fim de identificar como o todo enunciativo é valorado, considerando a situação de interação, ou seja, ter seus contextos de produção e circulação em um grande portal de notícias nacional, cuja recepção não será mais restrita ao local onde o fato aconteceu, tendo como interlocutores uma gama muito variada de leitores. A notícia em questão trata do assassinato da travesti Bruna. Para realizar a análise pretendida, nos apoiaremos em considerações teóricas e metodológicas da Análise Dialógica do Discurso (ADD), corrente de estudos da linguagem desenvolvida no Brasil a partir da concepções do Círculo de Bakhtin, bem como nos estudos de gênero e sexualidades. Nossa metodologia consiste na proposta apresentada por Sobral (2009) e Sobral e Giacomelli (2016), que perpassa pelas etapas de descrição, análise e interpretação do corpus.

Este texto apresenta-se organizado da seguinte forma: primeiramente, trazemos algumas contribuições dos estudos de gênero e sexualidades, pensando e refletindo sobre os processos de operacionalização da violência. Após isso, apresentamos algumas conceituações Análise Dialógica do





Discurso que julgamos fundamentais para a realização deste trabalho, especialmente as noções de valoração, projeto de dizer, esfera de atividades e palavra. Na sequência, fazemos a apresentação do caminho metodológico adotado, e a exposição da análise realizada e as considerações finais.

2 GÊNERO, SEXUALIDADE, INTOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA

Os estudos sobre as identidades travestis e transexuais são consideravelmente recentes, sobretudo quando comparados às reflexões sobre as homossexualidades. Com efeito, por muito tempo, identidades de gênero e sexualidades foram vistas sob o mesmo ângulo, mesmo que algumas sempre tenham ocupado posições mais marginalizadas e vulnerabilizadas, a exemplo dos sujeitos que transgridem as imposições de gênero.

Com o intuito de “categorizar” sujeitos que apresentavam comportamentos em desacordo com as sexualidades e as identidades de gênero normatizadas e impostas por meio do aparato biológico, surgiu em 1869, na Alemanha, o termo “homossexual”, mais tarde difundido pelo discurso científico, especialmente por meio daquele que destinava a sua atenção para as origens, causas e tratamento do homossexualismo, termo este hoje rejeitado por envolver noções como doença ou ideia de alguma anormalidade. Nesse contexto, travestis e transexuais eram vistas como homossexuais afeminados, passíveis de correção seja por meio da medicina, da religião ou da perseguição policial.

Butler (2018) aponta a existência de uma pretensa relação de coerência e continuidade entre as noções de sexo, gênero, prática sexual e desejo. Ou seja, a partir de um aparato puramente biológico, são criadas, circunscritas e impostas condições e modos de viver. Dessa forma, um sujeito que apresenta uma vagina, por exemplo, somente terá a sua identidade de gênero reconhecida e inteligível se seu comportamento manifestar uma relação coesa com o seu sexo biológico, definido por meio da identificação da sua genitália, ainda na barriga da mãe. No caso exemplificado, será imposto ao sujeito o gênero feminino e, mais tarde, o seu desejo pelo sexo oposto, pautado por meio de uma heteronormatividade fundada no binarismo sexual.

Quaisquer tentativas de novas configurações, frente ao sistema de coesão apresentado acima, serão objeto de resistências que visam inibir, proibir e mesmo violentar práticas e identidades diferentes daquelas pré-estabelecidas socialmente. Entendendo as travestilidades e as transexualidades como pertencentes à ordem do gênero, dialogamos com algumas contribuições de Bento (2018), para quem:



A visão que define o gênero como algo que as sociedades criam para significar as diferenças dos corpos sexualizados assenta-se em uma dicotomia entre sexo (natureza) versus gênero (cultura). Segundo essa visão, a cultura moldaria, imprimiria nesse corpo inerte e diferenciado sexualmente pela natureza as marcas de cada cultura. Ao contrário, seguindo Butler, podemos analisar o gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos mulheres. Uma das formas para se produzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos. (BENTO, 2017, p. 83).

Desse modo, é possível argumentarmos que a identidade de gênero nos é imposta pelas instituições, pela sociedade, pelos lugares e pelas pessoas com as quais vivenciamos e experienciamos o mundo. As categorias “homem” e “mulher” estão preconfiguradas da anatomia sexual aos papéis que devem ser socialmente cumpridos. Disso decorre a ideia de que um corpo inerte, configurado para a obediência e com relação ao qual todo e qualquer enfrentamento será postulado como uma desordem, necessitando ser corrigido e, em alguns casos, eliminado.

Os corpos que escapam desse lugar regulatório passam assim a ser vistos como aquilo que Butler (2018) denomina corpos não inteligíveis, ou seja, aqueles que não merecem ser apreendidos, reconhecidos e dignos de existência. Para exemplificar, podemos pensar nos corpos travestis e transexuais, que ousam ultrapassar as barreiras que procuram definir, cristalizar e normatizar determinadas identidades de gênero. Tais corpos passam a ser vistos como abjetos, como não dignos da condição humana. Na concepção de Miskolci (2020, p. 44), “o abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante”. O rompimento das normas sexuais e de gênero tornará certos sujeitos e certas vidas abjetas, colocando-as em lugares e posições marginalizadas, negando e precarizando suas existências.

Butler (2019), ao refletir sobre as vidas precárias e os seus processos de precarização, destaca mídia aparece como um dos elementos a ser considerado, apontando que necessitamos sempre questionar sobre o modo como uma vida nos é apresentada. Para entender que todas as vidas operam em uma precariedade, devemos considerar que umas são mostradas mais precárias que outras, mais vulneráveis à violência e menos dignas de existência. Nesse sentido, ao discutir sobre as vidas que não se apresentam como passíveis de luto, a autora propõe a seguinte questão:

Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a





apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início. (BUTLER, 2019, p. 33).

Assim, o valor atribuído a uma vida depende de uma série de condições sociais que produzem e procuram manter certas estruturas, demarcando que vidas são dignas de serem vistas e defendidas como dignas, que sujeitos merecem viver, implicando que algumas vidas não serão, necessariamente, entendidas como vidas que merecem ser vividas. Trata-se das vidas que não se apresentam nas estatísticas governamentais quando perdidas, que não ocupam as páginas centrais dos principais meios de comunicação, que são subnotificadas e, em alguns casos, omitidas. São as mortes naturalizadas, justificadas, não lamentadas e não enlutadas, de quem não se enquadra nas categorias impostas.

Em uma pesquisa realizada em jornais baianos, Santana (2018) observou que, de modo geral, ao não serem utilizadas expressões como “lesbofobia”, “bifobia”, “homofobia” ou “transfobia”, os textos de notícias sobre crimes contra esses sujeitos deixam de problematizar certas formas de operacionalização da violência. Recentemente, houve a aprovação da criminalização da homofobia, após um longo processo e um entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e de omissão do Congresso Nacional. Sem dúvidas, tal ação representa um avanço na luta por direitos LGBTs. No entanto, observamos grande resistência midiática em apontar ou levantar questionamentos sobre possíveis casos de LGBTfobia. Isto é, muitas vezes, não são sequer levantadas suspeitas sobre a motivação dos crimes, associado ao fato de que o *modus operandi*, evidenciado por meio da ridicularização, da forte violência e da brutalização, seja tão evidente.

No caso de divulgação da morte de LGBTs, isso se torna ainda mais nítido, visto que, em algumas situações, a vítima não tem a sua identidade social reconhecida nem mesmo após a eliminação de sua vida. Em vista disso, Efreim Filho (2016, p. 313 – 314), aponta que “[...] tornar os mortos visíveis pretende implicar certo conhecimento público para as vulnerabilidades das vidas precárias”. Desse modo, segundo o autor, é preciso reivindicar a presença de palavras que adjetivam os gestos de agressão e discriminação contra LGBTs, mostrando o excesso e o inexplicável que comprovam a existência da LGBTfobia. A diferença que causa incômodo aos intolerantes está diretamente ligada ao modo de operacionalização, divulgação e investigação desses crimes.

Ao acompanhar os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), verificamos que os crimes motivados pelo ódio não apresentam qualquer indício de inibição. Somente no ano de 2020, foram identificados 175 assassinatos de travestis e transexuais. É sempre válido lembrar que esses dados, muitas vezes, são obtidos por meio da divulgação midiática, o que pode indicar números maiores do que os apresentados. Embora haja pequenas oscilações nos casos nos





anos pesquisados, desde que foi iniciado o monitoramento, não se identifica alguma redução drástica ou representativa no número de assassinatos. Pelo contrário, os registros do ano de 2020 apontam um aumento de 201% quando comparados com os de 2008. A média de mortes, por sua vez, aparece 43,5% acima. Ao que parece, algumas conquistas e garantias obtidas pela população LGBT perante o Judiciário não têm obstado a intolerância e violência. A precarização de certas vidas, que continuam por não importar ao Estado, à mídia e à sociedade, é assim caracterizada por Silva (2019):

a invisibilidade das vidas trans, das políticas públicas de promoção à sua cidadania, a escassez de seus direitos civis, a incipiência de discussões políticas amplas sobre as questões de gênero, a resistência à criação de espaço nos currículos escolares para pensar educação e diversidade, a fragilidade das políticas de saúde para essa comunidade – além de inumeráveis outras situações excludentes – são uma poderosa e triste metonímia da condição antropológica a que são relegadas as vivências trans: o não-lugar, o não-humano, o não-sujeito, a “coisificação”, por isso aptas e destinadas ao desaparecimento, resultado de uma política de higienização e homogeneização social, a própria morte, simbólica e factual. (p. 121).

Desse modo, podemos compreender como se dá o processo de abjeção das vidas trans e travestis, desde muito cedo colocadas à margem, expulsas de casa, da escola, das políticas públicas, das esferas religiosas, jurídicas, de proteção e de trabalho; em suma, da própria condição de existência. Perante o exposto nessa seção, acreditamos que, para além de apresentar as contribuições teóricas que embasam a nossa discussão a partir dos estudos de gênero e sexualidade, tenhamos também justificado a importância de voltar o nosso olhar para as mídias da comunicação e da informação, responsáveis por realizar o trabalho de divulgação das mortes travestis e transexuais. Julgamos necessário, nesse sentido, pensar o modo como as vidas abjetas e, conseqüentemente, suas mortes não lamentadas, nos têm nos sido apresentadas em termos de valoração nos discursos que as relatam.

3 A VALORAÇÃO NA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Atualmente, as reflexões do Círculo de Bakhtin estão incorporadas a diversas áreas do conhecimento, como na literatura, teoria da comunicação, sociologia etc. No campo dos estudos linguísticos, mencionamos, especialmente, a corrente discursiva que tem se desenvolvido, no Brasil, a análise dialógica do discurso – ADD – (conforme Brait, 2006 e Sobral, 2009), centrada em situações de uso da concreto da linguagem em práticas sociais situadas, envolvendo interlocutores envolvidos em processos de trocas simbólicas, isto é, processos de manifestação/produção do sentido.





Entre de as principais contribuições da teoria bakhtiniana está o caráter social atribuído à linguagem, por meio da interação entre sujeitos e enunciados, estes entendidos como “unidade real da comunicação discursiva”. (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 22). Ao trazer o processo de comunicação discursiva para o centro de atenção, destaca-se, assim como expõe Bakhtin (2011 [1952-1953], p. 11), que “o emprego da língua efetua-se na forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana”. Disso decorre, assim como aponta Brait (2006) que o enunciado deve ser concebido como unidade de comunicação, de significação, necessariamente contextualizado, não se confundindo com frases, palavras e/ou orações de um sistema linguístico abstrato.

Os elementos que pertencem ao nível da língua podem tornar-se enunciados, desde que proferidos por sujeitos do discurso e endereçados para outros sujeitos, em determinados contextos. Desse modo, se o nível linguístico apresenta potenciais de significação, eles somente serão atualizados pela enunciação, o que determina os sentidos. Uma palavra, por exemplo, quando enunciada, passa ao nível discursivo ao ser empregada por diferentes sujeitos e em diferentes situações de enunciação, e apresenta um sentido único para cada circunstância de uso.

Assim, embora veicule um conteúdo proposicional, os enunciados revelam as intencionalidades particulares dos enunciadores no que é dito, ou seja, uma entonação avaliativa. Não há, portanto, um sentido originário, anterior à interação enunciativa, como indicam Sobral e Giacomelli (2017), mas apenas o sentido mediado pelo ato enunciativo. Por isso, é preciso articular, na análise dos fenômenos discursivos, as estruturas linguísticas e as marcas da situação na qual são produzidos os discursos. São, portanto, marcas enunciativas, pois apontam para a situação interativa que estabelecem o sentido dos enunciados, os quais advêm “da relação dialética entre os diversos elementos, linguísticos ou não, que presidem a produção discursiva, as várias mediações (ou coerções) incidentes ente o real concreto e o vir-a-ser do sentido. (SOBRAL; GIACOMELLI, 2017, p. 221).

A recusa da frase como unidade da análise linguística transcende a concepção de linguagem restrita ao nível formal, referencial-informativo, e refuta a descrição da sua natureza (da linguagem) desvinculada da sua manifestação efetiva em discurso, articulada ao meio social e histórico. Portanto, a ADD

[...] se volta para a constituição concreta de sentidos, revelando intenções, interesses particulares, convenções e outras determinações que derivam de uma dada estrutura social. Em outras palavras, trata-se da análise dos discursos realizados por e entre falantes que são parte de uma dada formação social. Esses discursos são determinados por regras e convenções socialmente definidas que incidem sobre a escolha das palavras, expressões,





proposições, estruturas e processos linguísticos. (SOBRAL; GIACOMELLI, 2017, p. 235-236)

Assim, segundo Volóchinov (2017 [1929]), toda forma do signo verbal é determinada pelo horizonte social de um grupo social de uma determinada época. Mas, se essa forma é determinada pelas interações que se dão nesse espaço-tempo, também os objetos de que essa sociedade se ocupa recebem um conteúdo e uma ênfase valorativa que acompanha esse conteúdo.

Em cada ato de enunciação o locutor emprega uma certa valoração. Toda enunciação supõe uma posição valorativa, pois,

Na realidade nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. A palavra está repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana. (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 181).

Todo o processo de interação entre sujeitos ocorre em uma determinada esfera de atividade. Ou seja, interagimos de forma situada – em um tempo e em um espaço. Cada esfera de atividade humana irá regular e apresentar diferentes valorações para a palavra. Tais condições compreendem aquele que enuncia, aquele para quem a enunciação é endereçada, o espaço, o tempo, as posições assumidas pelos interlocutores e/ou a eles atribuídas, seu projeto de dizer, projeto enunciativo, e as relações estabelecidas antes, durante e após seus atos enunciativos. Ao enunciar, estabelecemos relações de diálogo com todo um contexto social e histórico que se manifesta em termos ideológicos. Assim, os enunciadores resgatam enunciações passadas e projetos de dizer futuros.

Isso ocorre no âmbito das esferas de atividade, conceito que, de acordo com Grillo (2016), é compreendido como “um nível específico de coerções que, sem desconsiderar a influência da instância socioeconômica, constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada esfera/campo”. (GRILLO, 2016, p. 143). Desse modo, assim como entendemos a escola, a família, as instituições religiosas e as de poder como esferas de atividades, podemos também entender o virtual, pois as condições de interação estabelecidas em outras esferas o são também no ciberespaço.

Tais esferas estão diretamente relacionadas ao projeto de dizer do locutor, visto que o seu dizer será pensado, planejado e atualizado a partir da inserção em um determinado campo ideológico. Em um portal de notícia, por exemplo, o(s) indivíduo(s) responsável pela escrita e edição da matéria imagina quais são os seus possíveis interlocutores, suas posições diante do assunto a ser tratado e suas visões de mundo, buscando antecipar possíveis respostas, ainda que sempre lhe escape algo.





No caso de notícias que versam sobre a morte de travestis e transexuais, imagina-se qual a valoração atribuída a essas identidades, de que modo são vistas e inseridas no mundo e com quais discursos dialogam. Em suma, como os possíveis interlocutores gostariam de ser noticiados sobre um crime praticado contra uma identidade de gênero diferente daquela apresentada por um sistema hegemônico. Todas essas considerações são fundamentais para que se possa pensar no projeto de dizer que determina aquilo que se pretende, se quer e se pode dizer, considerando toda a situação de enunciação e os efeitos desejados. A exemplo de uma matéria como a que aqui iremos analisar, a busca pode ser por uma concordância dos interlocutores diante do que é noticiado, uma condenação ao crime, uma tentativa de mobilização social etc. O fato é que, por mais isentos que os textos informativos pretendam ser, são sempre carregados de um olhar avaliativo frente ao acontecimento exposto e ao mundo, como todo enunciado concreto. O simples fato de noticiar uma morte já é uma tomada de posição. Por isso, a fonte, a presença ou a ausência de imagens, as palavras escolhidas e a utilização dos recursos estilísticos da língua irão auxiliar na apresentação daquilo que se pretende que seja dito e, conseqüentemente, na resposta que se espera ser suscitada. Todos os elementos significam, porque convergem para representar as diferentes funções ideológico-valorativas engendradas pelos interesses dos indivíduos em suas relações sociais nos processos de produção de discursos.

Nesse contexto, a palavra é o “fenômeno ideológico *par excellence*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p, 98), já que, diferente dos demais materiais sógnicos de um campo particular da criação ideológica, é neutra, no sentido que se presta a assumir qualquer função ideológica, sem se restringir a nenhuma. Ou seja, não expressa uma única função ideológica específica, mas adquire seu valor (e, portanto, sentido) entre indivíduos no processo de interação verbal.

Nesse sentido, as palavras são sempre povoadas, encontram ecos advindos de diferentes situações e interações vivenciadas pelos indivíduos. Assim, “toda palavra é um pequeno palco em que as ênfase sociais multidirecionadas se conformam e entram e embate. Uma palavra nos lábios de um único indivíduo é um produto da interação viva das forças sociais” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 140).

Por isso, os contextos de uso de uma mesma palavra podem ser (e na maior parte das vezes o são) opostos entre si, pois os enunciados, em graus e modos diversos, concordam com algo ou negam algo, em uma alteração da ênfase valorativa das palavras em diferentes contextos. Ou seja, “Os contextos não se encontram lado a lado, como se não percebem um ao outro, mas estão em estado de interação e embate tenso e ininterrupto” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 140.). Desse modo, as relações dialógicas estabelecidas entre palavras, no âmbito da interação e do diálogo com o outro, são



estabelecidas e circunscritas as entoações avaliativas. Concordamos, refutamos, negamos e afirmamos posições valorativas, já que “toda palavra é ideológica, assim como cada uso da língua implica mudanças ideológicas” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 217.)

Diante do que foi apresentado, acreditamos que a ADD apresenta contribuições para que seja possível pensarmos de que modo as mortes de travestis e transexuais nos são apresentadas, por meio da palavra, de valorações e relações entre discursos. Essa é a questão que a seção 5 pretende responder; antes, disso, porém, explicitaremos nosso percurso metodológico.

4 CAMINHOS PARA A ANÁLISE

Para chegar aos resultados deste trabalho, percorremos um caminho metodológico dividido em duas etapas: a) coleta do corpus e b) realização da análise.

Na primeira etapa, realizamos (1) o acesso aos portais de notícias brasileiros, buscando notícias sobre o assassinato de travestis e transexuais; (2) a escolha de uma notícia para análise, cujos critérios foram seu tamanho (não muito extensa), data (entre 2018 e 2020) e a não apresentação de termos que tivessem a explicitação de preconceito contra pessoas LGBT; e (3) a busca de informações sobre o portal, seus interlocutores e o seu modo de operacionalização, por meio de informações do próprio site. Na etapa posterior, ou seja, na realização da análise do corpus, partimos das contribuições metodológicas da ADD, que não apresenta um modelo pronto e acabado para a realização de uma análise, mas aponta caminhos possíveis que devem nortear o olhar do pesquisador, sempre considerando as condições de produção dos enunciados e os seus usos reais, proferidos por sujeitos historicamente situados em um tempo e em um espaço.

Diante disso, acreditamos que seja produtivo adotarmos uma proposta sistematizada, a partir de Brait (s/d) e Sobral (2009). Este último autor, por meio das contribuições teóricas e metodológicas do Círculo de Bakhtin, apresenta uma proposta de análise que contempla as etapas de descrição, análise e interpretação do objeto. Na etapa de descrição, o olhar do analista deve estar voltado para a materialidade do objeto. Isto é, deve-se descrever, em nosso caso, como a notícia é apresentada pelo portal aos seus interlocutores, apontando os recursos utilizados e a forma como se dá a disposição do texto na tela. Na segunda etapa, na análise, interessa pensar de que modo as unidades da língua são mobilizadas e passam a significar na cena enunciativa. Para isso, devemos considerar o projeto de dizer do locutor e todas as condições em que se dá a enunciação. Por fim, na terceira etapa, realizaremos a interpretação do objeto, unindo as observações advindas das etapas anteriores para pensar sobre os



sentidos possíveis a partir da enunciação. Para isso, devemos considerar o contexto verbal e o contexto extraverbal em que se ampara e ocorre a produção discursiva.

Como já salientado, o corpus escolhido para a realização deste trabalho é uma notícia divulgada pelo portal G1. O caso noticiado é o assassinato da travesti Bruna, morta na capital do Rio Grande do Norte, no ano de 2020. O G1 é um dos maiores portais de notícias do Brasil, contando com expressivos 10 milhões de seguidores em sua conta o site de rede social Facebook.

Ao abordar a temática do jornalismo digital, Alves (2006, p. 94) argumenta que “a web representa uma mudança de paradigma comunicacional muito mais ampla que a adição de um sentido. Ela oferece um alcance global, rompendo barreiras de tempo e espaço como não tínhamos visto antes”. Com o advento das tecnologias da informação e da comunicação, acessar uma notícia tornou-se uma atividade mais dinâmica. Os textos podem ser lidos, comentados e compartilhados, facilitando com que a notícia circule por outros espaços. Com isso, observamos uma aceleração na difusão de informações, através da popularização da internet no início dos anos 2000.

Com efeito, a partir dos estudos de Levy (1999), torna-se possível pensar na emergência de uma cibercultura, proporcionada por meio do desenvolvimento de aparatos tecnológicos. Nesse contexto, podemos compreender a existência de um novo formato no que tange à divulgação, leitura e acesso de notícias. Os portais, por sua vez, por meio do desenvolvimento tecnológico, apresentam características e recursos peculiares, a exemplo da ampla utilização de imagens, links e ferramentas de interação. Feitas tais observações, compartilhamos o corpus a ser analisado.



Figura 1: Notícia publicada no G1

Travesti é assassinada a tiros na Zona Norte de Natal

Caso aconteceu na noite deste sábado (25) no pátio do Centro Clínico do Conjunto Santa Catarina. Ninguém foi preso.

Por Inter TV Cabugi

26/01/2020 12:05 - Atualizado às 12:05



Travesti de 23 anos foi assassinada a tiros no centro clínico do conjunto Santa Catarina, na Zona Norte de Natal — Foto: Inter TV Cabugi/Inter TV Cabugi

Uma travesti foi assassinada a tiros na noite deste sábado (26), por volta das 19h30, na Zona Norte de Natal. O crime aconteceu no pátio do Centro Clínico do Conjunto Santa Catarina.

A vítima foi baleada atrás de um caminhão que estava estacionado no centro de saúde. A vítima era conhecida como Bruna morreu no local, atingida na barriga. Ela foi identificada oficialmente como Pedro Paulo da Silva Oliveira, de 23 anos, e também tinha o nome "Pepê", por apelido.

Segundo a Guarda Municipal de Natal, pelo menos três tiros foram ouvidos pelo vigia do centro. O profissional afirmou que antes dos disparos, ouviu uma gritaria, mas não conseguiu ver quem atirou.

Pessoas que moram e trabalham na região afirmaram à reportagem da Inter TV Cabugi que o local é um movimentado ponto de prostituição à noite. O centro clínico não tem portão e o acesso ao pátio fica aberto.

O caminhão que estava estacionado próximo ao local tinha câmeras de segurança, mas elas não estavam gravando. Os criminosos ainda teriam tentado danificar o equipamento de filmagem antes de fugir. Ninguém foi preso pelo crime.

No Instituto Técnico Científico de Perícia (Itcp), a família da travesti estava abalada e não quis dar entrevista. A mãe e o irmão de Bruna confirmaram que ela fazia programa, mas a motivação do assassinato ainda é desconhecida.

Fonte: G1³.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/26/travesti-e-assassinada-a-tiros-na-zona-norte-de-natal.ghtml>. Acesso em: 18.fev.2021.



5 QUAL O VALOR DA MORTE DO TRAVESTI?

Iniciamos a análise, apontando a autoria – a notícia não assinada por um repórter, mas pela editoria da InterTV Cabugi, uma emissora de televisão afiliada da TV Globo, sediada em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Foi publicada, como já indicamos, do portal G1, no portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo, que faz parte da Central Globo de Jornalismo. Trata-se, portanto, já de início, de uma impessoalização da produção do enunciado (a notícia). Alguém a escreveu, mas essa notícia não é importante o suficiente para que um repórter se identifique. Isso já demonstra que o locutor assume um lugar – o jornal digital. É claro que todo enunciado tem um autor, responsável pelo seu projeto enunciativo. Qualquer notícia sempre terá como objetivo noticiar, contar algo que aconteceu, assumindo um lugar de onde se fala, para quem se fala e como se fala. Nesse caso, o interlocutor típico é o que acompanha o site, e é para ele que a editoria escreve. De alguma forma, portanto, o objeto de que se fala tem um valor social, ou seja, recobre-se de uma ênfase social a ponto de ser noticiado e, por ser significativo na sociedade, recebe uma ênfase valorativa. Mas o fato de não haver um repórter, mas a assinatura genérica de uma empresa afiliada indica ser para o G1 um fato corriqueiro, que pode ser noticiado a partir da neutralidade que uma notícia supostamente exige, algo que um locutor explícito, um indivíduo natural, com suas marcas enunciativas de subjetividade, poderia tornar pessoal. No entanto, há uma contradição entre um objeto que merece destaque, a ponto de um órgão importante da mídia lhe dar espaço, e o fato de o locutor do enunciado ser uma editoria, e não “alguém” identificável. Será possível que a notícia tenha como foco o assassinato e não o sujeito assassinado, por ser ele portador de uma vida que não importa?

A ênfase está na manchete: “Travesti é assassinada a tiros na Zona Norte de Natal”, que, além de estar em uma fonte maior do que aquela apresentada no corpo do texto, aparece destacada em negrito. Tal recurso é comum em gêneros da esfera jornalística, visando chamar a atenção dos interlocutores para a leitura do conteúdo a ser noticiado. Após, temos uma pequena explicação sobre o acontecimento, como um resumo da notícia, um título auxiliar que visa apenas a acrescentar mais algumas informações. Destaca-se aqui que, se na manchete há a indicação do assassinato, a “informação complementar” não coloca a ação como um crime mas como um “caso”. Como vimos, em todo enunciado, a escolha da palavra é significativa da posição ideológica de onde se fala. Considerando o que vimos em relação à produção do enunciado ser feita por uma editoria e a mobilização de forma linguística, é possível afirmar a tentativa de não dar destaque ao ocorrido, a despeito da manchete, que se chama inicialmente a atenção, é agora atenuada.





Na sequência do enunciado, aparece uma imagem em que é exposto o local em que foi ocorrido o assassinato. A imagem está localizada no centro da página e nela é exibido um prédio azul com um caminhão estacionado em sua frente. A rua não é calçada e não aparecem pessoas. Como legenda, além, da repetição do que foi dito na manchete e no título auxiliar, apenas a indicação de que a foto é do local. Como enunciado é o todo, a parte visual é importante para o projeto enunciativo determinado pelo texto. Logo, ao vermos uma imagem que não apresenta pessoas, que mostra uma rua limpa, prédios, calçada e céu azul e branco, percebemos uma expressão “limpa”, que em nada representa a violência de um assassinato. Não é uma imagem que pretenda chocar ao retratar um fato abjeto, hediondo, mas algo parece indicar antes uma ideia de “normalidade”: assassinaram uma travesti, assim como o sol nasceu hoje e todo dia. E daí? Eis o que o segmento verbo-visual parece sugerir

No corpo do texto, temos o lide, primeiro parágrafo que apresenta as questões objetivas do gênero notícia – o quê?, Quem?, Quando?, Onde? Como? Normalmente, também se indica por quê?, mas, como se vê no restante da notícia, a motivação não foi esclarecida. O lide é característico do gênero e busca garantir a objetividade que esse texto pretende. Desse modo, ao ler essas informações, já se tem um resumo do acontecido, de modo que as informações posteriores não necessariamente precisam ser lidas. Bakhtin (2016) destaca que o gênero, como uma forma típica do enunciado, inclui expressões típicas que lhe são inerentes, o que justifica, por exemplo, a escolha dos pronomes interrogativos acima. Embora palavras da língua, esses pronomes, no entanto, não são apenas unidades da língua, mas refletem também a sua relação com o gênero, e não somente com o sua forma de composição, mas com o sentido que se quer dar e com o tema (objetivo) que se pretende realizar.

Desse modo, entender que o lide, ainda que composto por palavras típicas da forma do gênero típico, revela um estilo que, nas respostas, repete o que anteriormente já havia sido dito na manchete, no título auxiliar e na legenda. Relativamente necessário em outras notícias, aqui o lide é repetitivo e pode cansar quem lê, fazendo com que o interlocutor possa vir a responder ignorando o restante da notícia. Esse proceder pode comprovar que o projeto enunciativo desse texto se vincula com o fato de um assassinato e não com o fato de que alguma pessoa foi assassinada, e mais, que se tratava de uma travesti.

Passando a pensar no modo como os elementos do nível linguístico são atualizados na produção do enunciado, vemos, de imediato, desde a manchete, um certo respeito com o gênero social da vítima, uma vez que a escolha por “uma travesti” em vez de “um travesti”, expressão menos frequente, mas ainda muito utilizada, nos mostra um certo entendimento perante a discussão sobre as identidades de gênero, especialmente sobre aquelas que não operam em conformidade com as





imposições sociais, políticas e históricas. Desse modo, como toda palavra tem um caráter individual contextual, vemos que, ao assumir a forma feminina, o enunciador valora o termo, dando a ele um sentido expressivo que dialoga com as recentes pautas linguístico-identitárias.

Segundo Bakhtin (2016), a expressividade da palavra não pertence a ela, mas nasce no ponto de contato da palavra com a realidade concreta, em situações reais de interação. O que ela pontua, nessas situações é a acentuação valorativa que quem a pronunciou e que encontra (ou não) eco em que a ouve e a ela responde. Nesse caso, vemos que a palavra utilizada pelo jornal, na forma como é feito, revela que os enunciados se formam e se desenvolvem em uma interação contínua com outros enunciados já ditos e ouvidos antes, em um processo de assimilação da palavra do outro, que é colocada no dizer a partir de sua expressão, que é reacentuada.

Por sua vez, embora não saibamos de que modo Bruna se apresentava, ou seja, como travesti ou transexual, o uso da palavra travesti pode suscitar algumas reflexões. Ainda é comum que o reconhecimento da identidade de transexuais esteja sujeito à cirurgia de transgenitalização, mesmo que estudos e pesquisas confirmem que a identidade não deve ser condicionada a um procedimento médico. Outra possibilidade para pensarmos sobre a utilização da palavra se refere ao estigma associado às travestis, vistas como um perigo ou ameaça para a sociedade. Dessa forma, como pontua Ferreira (2018, p. 81), a escolha pelo vocábulo costuma ser adotada em enunciações que associam as identidades travestis “ao crime (cometido por elas ou que as submete à violência), à marginalidade, à periferia, à pobreza, ao mercado social e à falsa feminilidade”. Tais posições costumam dialogar com discursos conservadores, fundamentalistas, sexistas e LGBTfóbicos.

Com efeito, não podemos deixar de levantar a hipótese de que o termo utilizado procura ir ao encontro do valor que os interlocutores do portal atribuem a essas identidades. Como é mencionado mais de uma vez o local onde ocorreu o crime (Zona Norte de Natal) e a especificação do ambiente (pátio do Centro Clínico do Conjunto Santa Catarina), tais informações nos situam em espaço específico e contribuem para o melhor entendimento do projeto de dizer da notícia, bem como a valoração dada à morte da travesti. Vale destacar que a Zona Norte de Natal e o bairro em que está localizado o Centro Clínico pertencem a uma área periférica.

Além do uso de travesti no feminino, chama-nos a atenção o reconhecimento de Bruna como vítima, embora, no desenrolar do texto, haja algumas expressões que procuram significar o ocorrido mas parecem deslocadas. Como exemplo, mencionamos a sequência que é iniciada em “a vítima foi baleada atrás de um caminhão que estava estacionado no centro de saúde”. Ora, tal informação pode levar os interlocutores ao questionamento do local em que o crime ocorreu. Para isso, devemos





considerar que nos são apontados um estacionamento e a traseira de um veículo, inserindo a vítima em um local que, supostamente, não deveria ser ocupado. Isso nos remete a uma relação que pode ser estabelecida com discursos que apontam certos ambientes sociais como “zonas de perigo”, lugares que devem ser evitados e não frequentados. Dessa forma, a descrição pode levar o interlocutor, a partir do modo como valora o mundo, a compreender o assassinato como algo comum em um local perigoso, dando ensejo a um discurso que se justificaria pelo dito popular de que “quem procura, acha”. Como um enunciado é determinado “pelo elemento semântico-objetual e por seu elemento expressivo, isto é, pela relação valorativa do falante com o elemento semântico-objetual do enunciado.” (BAKHTIN, 2016 [1952-53], p. 56), a descrição do evento revela um ponto de vista específico de quem o noticia que induz o leitor a uma dada leitura.

Com isso, percebemos no texto o modo pelo qual o ambiente do crime, inicialmente entendido como um simples lugar no mundo, vai nos sendo apresentado e, com base nos recursos estilísticos utilizados e em sua relação com toda a situação de produção, vemos que já não se está falando de uma rua que recebe um Centro Clínico, mas de um lugar onde foi cometida a morte de uma travesti, de um lugar periférico e associado ao perigo. Com efeito, a valoração atribuída ao local, opera, também, na valoração da morte travesti.

Por sua vez, o respeito à identidade de gênero apontado no início de nossa análise logo é refutado. Embora não tenhamos informações exatas sobre o registro do nome social de Bruna, devemos concordar que o uso de seu antigo nome, atribuído através de uma imposição e normatização de gênero, serve como uma negação da sua própria identidade. Isto é, mesmo após a sua morte, Bruna continua a não existir. Tal afirmação pode ser comprovada quando nos deparamos com a palavra “*conhecida* como Bruna”. Ou seja, não era Bruna. Isso é complementado por “foi *identificada oficialmente* como Pedro Paulo da Silva Oliveira”. Assim, além de não se reconhecer seu nome social reconhecido, é inserida uma informação que oficializa seu “verdadeiro nome”. O nome Bruna, portanto, passa a ser visto como algo fora do oficial e, por consequência, não reconhecido.

Confrontam-se, portanto, dois juízos de valor. Aquele primeiro que desde o início do texto aponta a “travesti” com outros que expressam outras valorações, como “conhecida”, “Bruna”, “identificada”, “oficialmente”. Como todo enunciado é um elo numa cadeia de enunciados, tantos os já ditos antes quanto os que o precederão, eles não são indiferentes entre si, mas se conhecem e se refletem mutuamente uns nos outros, ou seja, “todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado.” (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 57). Como os enunciados dialogam entre si, rejeitando, confirmando, completando etc outros enunciados, as





valorações que circulam nas palavras sobre a identidade travesti implicam em que se possa aceitar alguns dos juízos de valor enquanto se repetem outros. A contradição do que é dito fica expressa apenas quando se entende que, ao se falar de um objeto do mundo, ele já foi falado por outras vezes que o avaliaram de diferentes modos e a ele respondem também de diferentes pontos de vista, visões de mundo. Essas entoações avaliativas conflitantes são apenas uma forma de orquestrar vozes dissonantes que circulam em uma dada sociedade e que um texto que se pretende neutro não sabe como reger.

O trecho acima nos aponta para uma dificuldade de certos setores sociais, incluindo a esfera midiática, em reconhecer aquelas identidades que lhes parecem estranhas e confusas. A utilização do nome masculino procurar inserir travestis e transexuais em um lugar que não é seu, mas que lhes é imposto por normas de poder. Em última análise, podemos dizer que Bruna é morta duas vezes - uma pelo seu assassinato e outra pelo não reconhecimento de sua existência.

Com base nesses elementos, podemos pensar no estabelecimento de algumas relações de diálogo que apresentam certas identidades como não dignas de reconhecimento, uma vez que podem parecer e ser justificadas como “falsas”, isto é, fora do estabelecido e normatizado e, portanto, indignas. Assim, a vida de travestis e transexuais costuma ser vista como menos importante que as demais, não merecendo o enlutamento quando perdidas.

Não podemos deixar de mencionar que os interlocutores que acessam portais de notícias geralmente exigem o máximo de informações sobre aquilo que está sendo noticiado. Dessa forma, não querem saber somente que uma travesti foi morta, mas também quais as possíveis causas e os desdobramentos do caso. Considerando isso, ao organizar um projeto de dizer, os responsáveis pela escrita e/ou edição de uma notícia costumam levar tais fatores em conta, apresentando informações que projetam ser esperadas por seus interlocutores. Ao observar de que modo isso ocorre no texto, constatamos que são procuradas e apontadas justificativas que objetivam autorizar e naturalizar a morte travesti. Com efeito, além das informações apresentadas pela descrição do local onde o crime ocorreu, nos são também expostas informações sobre a ocupação da vítima. Ao nosso ver, todas essas informações operam em um processo valorativo da vida e, conseqüentemente, da morte de Bruna. O valor nos é apresentado por meio das escolhas assumidas no “quê” e no “como” se noticia.

No destaque de que “o local é um movimentado ponto de prostituição à noite”, nos parece que há uma pretensa associação entre a prostituição e o crime, como se uma coisa levasse necessariamente à outra. Para isso, devemos considerar todo o estigma atribuído à população de travestis e transexuais e o imaginário que as cerca como profissionais do sexo, profissão ainda





marginalizada socialmente. Isso também pode ser percebido no fragmento: “a mãe e o irmão de Bruna confirmaram que ela fazia programa, mas a motivação do crime ainda é desconhecida”. Ao procurar apontar um possível motivo para o assassinato, é inserida uma conjunção adversativa (mas), estabelecendo uma oposição entre Bruna se prostituir e o desconhecimento da causa de sua morte. Ou seja, pela lógica apresentada, a prostituição deveria ser apontada como uma das motivações do crime.

Mais uma vez, percebemos a estigmatização de uma vida que não gera luto nem revolta. Ao contrário, procura-se normatizar, colocar travestis e transexuais como profissionais expostas ao perigo e responsabilizá-las por suas mortes. É válido lembrar que, embora o caso tenha acontecido após a criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não são levantadas quaisquer suspeitas que indiquem um possível crime de ódio. Palavras como “homofobia”, “travestifobia” ou “LGBTfobia” sequer são mencionadas. Ao que parece, a posição ocupada pelo Brasil no que se refere ao assassinato de travestis e transexuais não é objeto de comoção, mas de normalização em termos de “quem procura, acha”. A valoração feita do local em que Bruna foi assassinada, da sua identidade e todo o contexto de produção e circulação do dizer, ao considerarmos o que pretende realizar um gênero jornalístico, nos leva a pensar em uma naturalização da morte e na precarização de certas existências – justificadas quando perdidas, mas não lamentadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, gostaríamos de destacar que não tivemos por objetivo categorizar ou conceituar as identidades travestis e transexuais, entendendo que este não é nosso lugar de fala. Diante disso, considerando todo o contexto de violência que vivenciamos em nosso país, sobretudo com os avanços das ideias defendidas por um campo político conservador e fundamentalista, procuramos refletir sobre os processos de operacionalização da violência, principalmente por meio das contribuições advindas dos estudos de gênero e sexualidades.

Ao destacar a importância das mídias da informação e da comunicação em nossa constituição enquanto sujeitos, nos propusemos realizar uma análise com o objetivo de pensar sobre um exemplo de como vidas tidas e vistas como abjetas nos são apresentadas por portais de notícias brasileiros quando perdidas, refletindo como a morte travesti é valorada em notícias e quais os sentidos que esse acento valorativo recebe.

Vimos que a notícia oscila entre os sentidos que se vão estabelecendo com o tempo e a sociedades atuais, em que, ao mesmo tempo que há um silenciamento dessas identidades na mídia, as





lutas pelas pautas identitárias das pessoas de gênero binário vêm colocando a necessidade de novas formas de se falar delas. A contradição está expressa no texto, não como a materialização de uma realidade natural e social, mas como um produto ideológico que, como aponta Volóchinov (2017), é um produto ideológico que reflete (porque mostra) e refrata (porque constrói) uma outra realidade que possui uma significação.

Ao apresentar a notícia por uma editoria, as informações objetivas e uma foto clara, a notícia parece querer cumprir com as exigências do gênero discursivo: a imparcialidade. Mas, quando se refere à identidade travesti como gênero feminino, o que parece implicar em uma relação de respeito a identidades não hegemônicas, a forma de composição da notícia determina como tópicos não o nome social, mas aqueles com os qual ela era conhecida e identificada oficialmente. Também ao enfatizar o que ela fazia em detrimento da violência de que foi vítima, vemos que o enunciado não é (e nem poderia ser) neutro, mas assume o juízo de valor que ainda é repete o que é dominante em sociedade, na qual se categoriza essas identidades como irrelevantes ou passíveis de punição por assumirem como se sentem, se veem e se compreendem. É dessa contradição que vem o sentido do enunciado – noticiar que houve a morte de uma travesti, mas que essa identidade não é importante o suficiente para que mais do que o óbvio seja dito, sem que se não se valore negativamente a violência mas sim a vítima.

A análise apresentada nos aponta que ainda precisamos avançar nas discussões que tenham como foco a representação das minorias sexuais e de gênero pela mídia. Acreditamos que a posição ocupada pelo Brasil no que se refere ao assassinato de travestis e transexuais, passa, também, pelo modo como os crimes motivados pela LGBTfobia são valorados ao ser noticiados. Desse modo, é de extrema importância pensarmos sobre os discursos que procuram justificar e naturalizar a morte dos sujeitos desviantes. Lembramos, mais uma vez, que o ocorrido com Bruna não representa um fato isolado. A sua morte, a valoração atribuída e o não enlutamento fazem parte de um contexto social e histórico mais amplo que objetiva eliminar as diferenças.

Um outro modo de valorar essas vidas depende de como elas nos são apresentadas. Neste sentido, a adoção de uma outra posição dos portais de notícias frente aos crimes LGBTfóbicos pode contribuir para que circulem novos sentidos da vida/morte travesti.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação e sociedade**, v. 9, p. 93-102, 2006.





- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34. 2016 [1952-1953].
- BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador: Editora Devires, 2017.
- BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, n. 20, p. 47-62, 2006.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida se torna passível de luto? Tradução de Sergio Niemener; Arnaldo Cunha. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.
- EFREM FILHO, R. **Corpos brutalizados**: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*. v.46, p. 311-340, 2016.
- GRILLO, S. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: outros conceitos- chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p.133-160.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SANTANA, E. L. **LGBT como pauta do jornalismo**. Salvador: Editora Devires, 2018.
- SILVA, D. **Quando dizer é violentar**: violência linguística e transfobia em comentários online. Salvador: Editora Devires, 2019.
- SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. **Domínios de Linguagem**, v. 10, n. 3, p. 1076–1094.
- VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

Artigo recebido em: 07/07/2022
Artigo aprovado em: 22/12/2022
Artigo publicado em: 27/12/2022

COMO CITAR

CUNHA, E. S. da; GIACOMELLI, K. A valoração da morte travesti: análise de uma notícia segundo a análise dialógica do discurso. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-20, e02222, 2022.

